

CURSO DE FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE AGENTES DE CONTRATAÇÃO, PREGOEIROS E COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO - LEI 14.133/2021

Justificativa

Benefícios da Capacitação:

- Compreensão aprofundada da Lei 14.133/2021, seus princípios e impactos nas contratações públicas;
- Capacitação para designação e atuação dos agentes de contratação e pregoeiros, assegurando conformidade legal;
- Orientação sobre responsabilidades e riscos, incluindo erro grosseiro e medidas de mitigação;
- Conhecimento sobre fases da licitação, desde a preparação até a adjudicação e homologação;
- Diretrizes sobre critérios de julgamento, habilitação e condução da fase de lances;
- Análise de benefícios para ME/EPP, exigências de vistoria e regime de empreitada;
- Utilização do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e transparência na publicidade dos atos;
- Aplicação do formalismo moderado na condução da seleção de fornecedores;
- Estratégias para negociação de propostas e julgamento de exequibilidade;
- Conhecimento sobre impugnações, sanções administrativas e nulidades processuais;
- Uso da Inteligência Artificial na fase de seleção de fornecedores, explorando como tecnologias podem otimizar a análise de propostas, reduzir riscos e aumentar a eficiência dos processos licitatórios.

Destaque: Inteligência Artificial na Seleção de Fornecedores.

O curso abordará o impacto da Inteligência Artificial (IA) nas contratações públicas, demonstrando como essa tecnologia pode:

- ◆ Automatizar a análise de propostas, verificando conformidade com critérios objetivos;
- ◆ Reduzir riscos de erros e inconsistências nos processos de julgamento;

- ◆ Identificar padrões de comportamento de fornecedores e mitigar fraudes;
- ◆ Auxiliar na precificação e na definição de propostas exequíveis;
- ◆ Aumentar a transparência e eficiência na tomada de decisão dos agentes públicos.

Objetivo

A capacitação tem como propósito fornecer suporte legal e operacional aos agentes de contratação e pregoeiros, garantindo que atuem conforme os princípios e diretrizes da Lei 14.133/2021. O curso abordará aspectos essenciais do metaprocesso de contratações públicas, desde a fase preparatória até a seleção do fornecedor, promovendo boas práticas e mitigando riscos operacionais e jurídicos.

Formar e capacitar servidores para atuarem nas aquisições feitas pela modalidade pregão (presencial e eletrônico), por meio do conhecimento de todas as etapas do procedimento (fases interna e externa) e da legislação aplicável.

Público Alvo

Servidores que atuam ou atuarão como pregoeiros ou como membros de equipe de apoio, além de presidentes e membros de Comissão de Licitação, gestores, auditores, assessores jurídicos e outros servidores da área de compras.

Conteúdo Programático:

SUORTE LEGAL E OPERACIONAL AOS AGENTES DE CONTRATAÇÕES E PREGOEIROS

- Visão geral da Nova lei de Licitações e Contratos;
- Os princípios legais, especialmente segregação de funções;
- Os objetivos das licitações na Lei 14.133/2021;
- Metaprocessos de licitações e contratações;
- Cautelas na designação dos agentes de contratação;
- Vedações às designações;
- Requisitos e atribuições do Pregoeiro, Agente de Contratação e Comissão de Contratação;

- Equipe de Apoio;
- Responsabilização por erro grosseiro;
- Auxílio da assessoria jurídica e controle interno: em apoio aos agentes de contratações; e
- Prazo de adequações aos municípios de até 20 mil hab.

A FASE PREPARATÓRIA DAS LICITAÇÕES

- Apoio do agente de contratação as equipes de planejamento;
- Estudo Técnico Preliminar – ETP em apoio ao agente de contratação;
- Termo de referência e as informações de seleção do fornecedor;
- Projeto Básico e a área técnica de engenharia;
- Licitações para Registro de Preços?
- O Edital da licitação e seus reflexos:
 - ❖ Modalidades (Pregão, Concorrência, Concurso, Diálogo competitivo e Leilão);
 - ❖ Critérios de julgamento;
 - ❖ Modos de disputa;
 - ❖ Regimes de empreitadas;
 - ❖ Alterações na fase de lances;
 - ❖ Intervalo Mínimo dos lances;
 - ❖ Habilitação jurídica;
 - ❖ Regularidade fiscal e trabalhista;
 - ❖ Qualificação econômico-financeira;
 - ❖ Qualificação Técnico-profissional e técnico-operacional;
 - ❖ Garantia de proposta; e
 - ❖ Exigência de vistoria.
- Benefícios as ME/EPP (exclusiva e preferências);
- Avaliação de riscos nas licitações – Deserta/ fracassada;
- Publicidade e prazos;
- Impugnações e esclarecimentos ao edital e esclarecimentos;
- Modificações do edital;
- Orçamento sigiloso; e
- Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) – qual sua finalidade?

PREGÃO e CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

- Formatos e preferência pelo eletrônico;
- Excepcionalidade do formato presencial;
- Julgamento preliminar das propostas cadastradas;
- Comunicação entre licitantes e pregoeiro;
- Lances e exclusão de lances;
- Fase de julgamento da proposta;
- Negociação de propostas – técnicas de negociação;
- Questões afetas à exequibilidade das propostas;
- Julgamento de habilitação;
- Aplicação do formalismo moderado na sessão de julgamento;
- Intenção de recursos:
 - ❖ Prazos e competências para análise e julgamento;
 - ❖ Efeito suspensivo.
- Adjudicação;
- Homologação;
- Anulação e Revogação;
- Diligências e saneamento de falhas;
- Infrações cometidas por licitantes no processo licitatório;
- Nulidades do processo e responsabilidade do pregoeiro.
- Recusa para a formalização do contrato e a reabertura do procedimento de negociação.

ATUALIZADO COM:

➤ ACÓRDÃO 803/2024 - PLENÁRIO TCU.

Extremamente importante na definição da Corte em entender que interpretação a ser dada ao art. 59, § 4º, da Lei 14.133/2021, que define a inexecutabilidade de propostas em licitações de obras e serviços de engenharia presunção de inexecutabilidade é relativa, definindo que a administração realizar diligências para verificar a viabilidade da proposta.

➤ AGU PARECER n. 00060/2024/DECOR/CGU/AGU

Regularidade do cumprimento da exigência de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social por empresas licitantes. A questão central é se uma empresa que declara cumprir essa exigência, mas que possui um auto de infração ou certidão da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT/MTE) atestando o não cumprimento, pode ser considerada habilitada em um processo licitatório?

O uso da Inteligência Artificial em apoio ao Agente de Contratações e Pregoeiros;

1) Análise dos artefatos e edital:

2) Preparação de Esclarecimentos, Impugnações e Recursos;

3) Análise documental de propostas e habilitações.

pago. Há possibilidade de substituição do participante.

Solicite sua proposta!

Contato: 67 99889-0508 - **WhatsApp**

E-mail: contato@legislartreinamentos.com.br